



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 310,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, [www.impresanacional.gov.ao](http://www.impresanacional.gov.ao) - End. teleg.: «Imprensa».

## ASSINATURA

	Ano
As três séries	Kz: 470 615,00
A 1.ª série	Kz: 277 900,00
A 2.ª série	Kz: 145 500,00
A 3.ª série	Kz: 115 470,00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

## IMPRESA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: [impresanacional@impresanacional.gov.ao](mailto:impresanacional@impresanacional.gov.ao)

Caixa Postal N.º 1306

## CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no site [www.impresanacional.gov.ao](http://www.impresanacional.gov.ao), onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

## Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.*

## SUMÁRIO

### Ministério da Agricultura

#### Despacho n.º 4340/14:

Desvincula Daniel Chimuco, Encarregado não Qualificado, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

#### Despacho n.º 4341/14:

Desvincula Francisco Luis, Auxiliar de Limpeza Principal, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

#### Despacho n.º 4342/14:

Desvincula Ventura Ricardo, Escriturário-Dactilógrafo, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma.



**Despacho n.º 4343/14:**

Desvincula Joaquim Manuel, Encarregado não Qualificado, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4344/14:**

Desvincula Luciano Hatewa, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4345/14:**

Desvincula João Manuel Capengo, Operário não Qualificado de 1.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4346/14:**

Desvincula Martins Munila Filipe, Motorista de Pesados de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4347/14:**

Desvincula Silvina Cafeca José, Chefe de Secção, do quadro de pessoal do Instituto dos Serviços de Veterinária, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4348/14:**

Desvincula Rosa Paula, Encarregada não Qualificada, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4349/14:**

Desvincula Armindo Pedro, Encarregado Qualificado, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4350/14:**

Desvincula Edna da Conceição Mateus Diogo, Técnica Superior de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário.

**Despacho n.º 4351/14:**

Desvincula Elizabeth Carlos, Auxiliar Administrativa de 1.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4352/14:**

Desvincula José Zacarias, Aspirante, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4353/14:**

Desvincula Mbuale Sonde Tchicuala, Encarregado Qualificado, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4354/14:**

Desvincula Mateus Zau Casio, Técnico Médio de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de reforma.

**Despacho n.º 4355/14:**

Demite Laurindo Pedro, Técnico Superior de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, por abandono de lugar.

**Despacho n.º 4356/14:**

Promove Waldemar Simões de Oliveira Moraes para a categoria de Assessor. — Revoga o Despacho n.º 603/14, de 25 de Junho.

**Despacho n.º 4357/14:**

Nomeia Eugénio José Adriano da Silva para o cargo de Chefe de Departamento de Fiscalização do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

**Despacho n.º 4358/14:**

Nomeia Simão Zau para o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal de Cabinda.

**Despacho n.º 4359/14:**

Nomeia Francisca Segunda Mande para o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal do Bengo.

**Despacho n.º 4360/14:**

Nomeia Teresa da Conceição Armando Victorino para o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal de Luanda.

**Despacho n.º 4361/14:**

Nomeia Alberto Cachala Cadrela para o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal da Lunda-Norte.

**Despacho n.º 4362/14:**

Nomeia Afonso Maquecha para o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal da Lunda-Sul.

**Despacho n.º 4363/14:**

Nomeia Faustino Ângelo Manuel para o cargo de Consultor Secretário de Estado para os Recursos Florestais.

**Despacho n.º 4364/14:**

Nomeia Tomás Mizalague de Sousa para o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal de Malanje.

**Despacho n.º 4365/14:**

Nomeia Guilherme Sebastião da Costa para o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal do Kwanza-Norte.

**Despacho n.º 4366/14:**

Nomeia Eugénio Francisco João para o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal do Kwanza-Sul.

**Ministério do Comércio****Despacho n.º 4367/14:**

Dá por finda a comissão de serviço que Feliciano Janira da Costa Mbakassy vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Monitoramento dos Serviços Mercantis da Direcção Nacional de Comércio e Serviços Mercantis.

**Despacho n.º 4368/14:**

Dá por finda a comissão de serviço que Manuel Pedronha da Silva vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Acompanhamento de Mercado e Promoção da Concorrência, da Direcção Nacional de Abastecimento e Distribuição.

**Despacho n.º 4369/14:**

Dá por finda a comissão de serviço que Manuel de Jesus Correia Bessa vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Inovação e Técnicas de Aprisionamento da Produção Interna, da Direcção Nacional de Abastecimento e Distribuição.

**Despacho n.º 4370/14:**

Dá por finda a comissão de serviço que Laureta Nimba Bandeira João vinha exercendo no cargo de Directora Nacional do Abastecimento e Distribuição deste Ministério.

**Despacho n.º 4371/14:**

Dá por finda a comissão de serviço que Jorge Eduardo vinha exercendo no cargo de Delegado Regional Norte.

**Despacho n.º 4372/14:**

Nomeia Laureta Nimba Bandeira João para o cargo de Directora-Adjunta do Laboratório Nacional de Controlo de Qualidade deste Ministério.

**Despacho n.º 4373/14:**

Nomeia Manuel da Conceição Pedro Gaspar para o cargo de Director do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Externo.

**Despacho n.º 4374/14:**

Nomeia Júlia Márcia de Carvalho Neto de Almeida para o cargo de Chefe do Departamento de Monitoramento dos Serviços Mercantis.

**Ministério da Construção****Despacho n.º 4375/14:**

Nomeia Hélder Vunda Biala para o cargo de Chefe de Departamento de Vias de Comunicação e Infra-Estruturas Básicas da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas, deste Ministério.



**Despacho n.º 4376/14:**

Nomeia Albertino da Costa Santana para o cargo de Chefe de Departamento de Infra-Estruturas Hidráulicas da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas, deste Ministério.

**Despacho n.º 4377/14:**

Nomeia José Macedo para o cargo de Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Sistemas Integrados de Infra-Estruturas da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas, deste Ministério.

## Governo Provincial de Benguela

**Despacho n.º 4378/14:**

Transfere Angelina Maria da Silva Pedro, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4379/14:**

Transfere Raquel Helena Chulu Tomás, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, do Município do Chongoroi para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4380/14:**

Transfere Celestino Hossi Evaristo, Professor do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4381/14:**

Transfere Ivone Cuvonga, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

**Despacho n.º 4382/14:**

Transfere Paulino Nangonga Katchimina, Professor do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município da Baía-Farta para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4383/14:**

Transfere Felismina Sílvia Matos Wambo, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4384/14:**

Transfere Antónia Ivayr de Carvalho, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município da Baía-Farta para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4385/14:**

Transfere Adriano Ngandji dos Santos Amândio, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4386/14:**

Transfere Zeferina Candeia, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, do Município da Baía-Farta para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4387/14:**

Transfere Rebeca Cassungu Calipa, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

**Despacho n.º 4388/14:**

Transfere Daniel Kapitango Ndjelele, Professor do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4389/14:**

Transfere Fernando Adélio Cassandje, Professor do I Ciclo Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4390/14:**

Transfere Ivete Gália Teixeira, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

**Despacho n.º 4391/14:**

Transfere Olga Lucinda Agostinho, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Chongoroi para o Município da Ganda.

**Despacho n.º 4392/14:**

Transfere Albertina do Carmo Domingos, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4393/14:**

Transfere Gilmor Evandro dos Santos Pontes, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário do 6.º Escalão, do Município da Baía-Farta para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4394/14:**

Transfere Júlia Flávia Alexandre, Auxiliar de Enfermagem de 3.ª Classe, do Município da Ganda para o Município do Lobito.

**Despacho n.º 4395/14:**

Transfere Francisco Sapalo Epalanga, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, do Município do Balombo para o Município da Catumbela.

**Despacho n.º 4396/14:**

Transfere Rebeca Madalena Chavonga, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Lobito para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4397/14:**

Transfere Samuel Ussanje, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, do Município do Caimbambo para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4398/14:**

Transfere Quintinha Luísa, Professora do Ensino Primário Diplomado do 6.º Escalão, do Município do Balombo para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4399/14:**

Transfere Aurélio Rodino Guélia, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, do Município do Chongoroi para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4400/14:**

Transfere Alice Freitas, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Cubal para o Município de Benguela.

**Despacho n.º 4401/14:**

Transfere Edna Marlene de Castro Chilanda Chemba, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, do Município da Ganda para o Município do Lobito.

**Despacho n.º 4402/14:**

Transfere Jacinta Canhongo Baptista, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, do Município do Chongoroi para o Município da Ganda.

## Governo Provincial de Luanda

**Despacho n.º 4403/14:**

Exonera Adilson Janota Agostinho Pedro do cargo de Chefe de Secção de Despesas do Departamento Financeiro da Secretaria deste Governo.

**Despacho n.º 4404/14:**

Nomeia Miguel Adão da Silva para o cargo de Director do Gabinete do Governador Provincial.

**Despacho n.º 4405/14:**

Nomeia Njiila Liberte Pires da Conceição de Carvalho para o cargo de Directora-Adjunta do Gabinete do Governador Provincial.

**Despacho n.º 4406/14:**

Nomeia Afonso Gomes da Silva para o cargo de Assessor do Governador Provincial para os Assuntos Institucionais e Sociais.

**Despacho n.º 4407/14:**

Nomeia João Chavaco para o cargo de Assessor do Governador Provincial para os Assuntos Económicos.

**Despacho n.º 4408/14:**

Nomeia Zinha Pereira Tomás da Silva Salvador para o cargo de Secretária do Governador Provincial.



2340

**Despacho n.º 4409/14:**

Nomeia Paula Vilares Rodrigues para o cargo de funcionária administrativa do Gabinete do Governador Provincial.

**Despacho n.º 4410/14:**

Nomeia Pedro Lucau Lussuca Matias para o cargo de Técnico de Informática do Gabinete do Governador Provincial.

**Despacho n.º 4411/14:**

Nomeia Gomes Quimbanga Hebo para o cargo de Motorista do Gabinete do Governador Provincial.

**Despacho n.º 4412/14:**

Nomeia Ana Mateus Dombel para o cargo de Funcionária Administrativa do Gabinete do Governador Provincial.

**Despacho n.º 4413/14:**

Nomeia Sebastião Domingos para o cargo de Técnico de Informática do Gabinete do Governador Provincial.

**Despacho n.º 4414/14:**

Nomeia Valdir da Silva Batista de Sousa para o cargo de Director do Gabinete da Vice-Governadora para o Sector Político e Social.

**Despacho n.º 4415/14:**

Nomeia Cesarina José Ferreira Dinis para o cargo de Assessora para a Área Social da Vice-Governadora para o Sector Político e Social.

**Despacho n.º 4416/14:**

Nomeia Paiva Adão Cambunde para o cargo de Assessor para a Área Política da Vice-Governadora para o Sector Político e Social.

**Despacho n.º 4417/14:**

Nomeia Ana Lidia de Araújo Imperial para o cargo de Secretária da Vice-Governadora para o Sector Político e Social.

**Despacho n.º 4418/14:**

Nomeia Adilson Janota Agostinho Pedro para o cargo de Chefe de Departamento Financeiro da Secretaria deste Governo.

**Universidade Agostinho Neto****Despacho n.º 4419/14:**

Dá por finda a comissão de serviço que Ana Pita Grós Dias vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento dos Assuntos Académicos da Faculdade de Letras.

**Despacho n.º 4420/14:**

Nomeia Abias Capinga Pinto para o cargo de Chefe de Departamento dos Assuntos Académicos da Faculdade de Letras.

**ANIP — Agência Nacional  
para o Investimento Privado****Resolução n.º 101/14:**

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «MEPTEK — Angola, Limitada», no valor global de USD 2.000.000,00.

**Resolução n.º 102/14:**

Aprova o contrato de investimento do projecto denominado H.H.T. — Internacional (SU), Limitada», no valor global de USD 1.000.000,00, no Regime Único cuja actividade principal é a construção civil, nomeadamente, serviços gerais de construção civil.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA****Despacho n.º 4340/14  
de 6 de Novembro**

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado

com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Daniel Chimuco, Encarregado Qualificado, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4341/14  
de 6 de Novembro**

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Francisco Luís, Auxiliar de Limpeza Principal, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4342/14  
de 6 de Novembro**

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É o funcionário Ventura Ricardo, Escriturário-Dactilógrafo, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.



**Despacho n.º 4343/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Joaquim Manuel, Encarregado não Qualificado, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4344/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Luciano Hatewa, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4345/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É o funcionário João Manuel Capengo, Operário não Qualificado de 1.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto Nacional do Café, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4346/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Martins Munoila Filipe, Motorista de Pesados de 2.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4347/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É a funcionária Silvina Cafeca José, Chefe de Secção, desvinculada do quadro de pessoal do Instituto dos Serviços de Veterinária, para efeitos de reforma, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4348/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14,



2342

de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É a funcionária Rosa Paula, Encarregado não Qualificada, desvinculada do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4349/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Armindo Pedro, Encarregado Qualificado, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4350/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É a funcionária Edna da Conceição Mateus Diogo, Técnica Superior de 2.ª Classe, desvinculada do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4351/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É a funcionária Elizabeth Carlos, Auxiliar Administrativa de 1.ª Classe, desvinculada do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4352/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É o funcionário José Zacarias, Aspirante, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4353/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Mbualé Sonde Tchicuala, Encarregado Qualificado, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.



2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4354/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É o funcionário Mateus Zau Cafo, Técnico Médio de 2.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4355/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É Laurindo Pedro, funcionário público, com a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe, demitido por abandono de lugar, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, nos termos do disposto no artigo 46.º do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho.

2. O presente Despacho entra em vigor a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4356/14**  
de 6 de Novembro

Por Despacho Interno n.º 138/14, de 29 de Maio do Ministro da Agricultura foi, por lapso, Waldemar Simões de Oliveira Morais, promovido a categoria de Técnico Superior Principal;

Havendo necessidade de se corrigir a categoria constante do referido Despacho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É Waldemar Simões de Oliveira Morais, promovido a categoria de Assessor, nos termos do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho.

2. Fica revogado o Despacho n.º 603/14, de 25 de Junho.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4357/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Eugénio José Adriano da Silva, Jurista, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Fiscalização do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4358/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Simão Zau, Engenheiro Florestal, nomeado para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal de Cabinda.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.



2344

**Despacho n.º 4359/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Francisca Segunda Mande, Engenheira Agrónoma, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal do Bengo.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4360/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Teresa da Conceição Armando Victorino, Engenheira Florestal, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal de Luanda.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4361/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Alberto Cachala Cadrela, Engenheiro Agrónomo, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal da Lunda-Norte.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4362/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Afonso Maquecha, Engenheiro Agrónomo, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal da Lunda-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4363/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Faustino Ângelo Manuel, Engenheiro Agrónomo, nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Consultor do Secretário de Estado para os Recursos Florestais.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4364/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Tomás Mizalague de Sousa, Bacharel em Biologia, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal de Malanje.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.



**Despacho n.º 4365/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Guilherme Sebastião da Costa, Biólogo, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal do Kwanza-Norte.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Despacho n.º 4366/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

É Eugénio Francisco João, Biólogo, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento Provincial de Desenvolvimento Florestal do Kwanza-Sul.

Publique-se.

Luanda, aos 24 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**MINISTÉRIO DO COMÉRCIO****Despacho n.º 4367/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É dada por finda a comissão de serviço que Feliciano Janira da Costa Mbakassy, vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento do Monitoramento dos Serviços

Mercantis da Direcção Nacional do Comércio e Serviços Mercantis, para o qual havia sido nomeada por Despacho Interno n.º 019/2014, de 7 de Janeiro, da Ministra do Comércio.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

**Despacho n.º 4368/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É dada por finda a comissão de serviço que Manuel Pedronha da Silva, vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Acompanhamento de Mercado e Promoção da Concorrência, da Direcção Nacional de Abastecimento e Distribuição, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 0158/13, de 13 de Março, da Ministra do Comércio.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

**Despacho n.º 4369/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É dada por finda a comissão de serviço que Manuel de Jesus Correia Bessa, vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Inovação e Técnicas de Aproveitamento da Produção Interna, da Direcção Nacional de Abastecimento e Distribuição, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 0156/13, de 13 de Março, da Ministra do Comércio.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.



**Despacho n.º 4370/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É dada por finda a comissão de serviço que Laureta Nimba Bandeira João, vinha exercendo no cargo de Directora Nacional de Abastecimento e Distribuição do Ministério do Comércio, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 2029/13, de 10 de Setembro, da Ministra do Comércio.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Luanda, aos 16 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

**Despacho n.º 4371/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É dada por finda a comissão de serviço que Jorge Eduardo, vinha exercendo no cargo de Delegado Regional Norte, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 425/11, de 22 de Junho, da Ministra do Comércio.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Luanda, aos 16 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

**Despacho n.º 4372/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É Laureta Nimba Bandeira João nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Directora-Adjunta do Laboratório Nacional de Controlo de Qualidade do Ministério do Comércio.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Luanda, aos 16 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

**Despacho n.º 4373/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É Manuel da Conceição Pedro Gaspar, nomeado para, em comissão de serviço exercer o cargo de Director do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Exterior.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Luanda, aos 22 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

**Despacho n.º 4374/14**  
de 6 de Novembro

Havendo necessidade de se preencher o lugar vago no cargo de Chefe de Departamento da Direcção Nacional de Comércio e Serviços Mercantis do Ministério do Comércio

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É Júlia Márcia de Carvalho Neto de Almeida nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe do Departamento de Monitoramento dos Serviços Mercantis.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Luanda, aos 18 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

## MINISTÉRIO DA CONSTRUÇÃO

**Despacho n.º 4375/14**  
de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 106/14, de 19 de Maio, determino:



1. É Helder Vunda Biala nomeado para exercer em comissão de serviço, o cargo de Chefe de Departamento de Vias de Comunicação e Infra-Estruturas Básicas da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas do Ministério da Construção.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Junho de 2014.

O Ministro, *Waldemar Pires Alexandre*.

#### **Despacho n.º 4376/14**

de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 106/14, de 19 de Maio, determino:

1. É Albertino da Costa Santana nomeado para, exercer em comissão de serviço, o cargo de Chefe de Departamento de Infra-Estruturas Hidráulicas da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas do Ministério da Construção.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Junho de 2014.

O Ministro, *Waldemar Pires Alexandre*.

#### **Despacho n.º 4377/14**

de 6 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 106/14, de 19 de Maio, determino:

1. É José Macedo nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Sistemas Integrados de Infra-Estruturas da Direcção Nacional de Infra-Estruturas Públicas do Ministério da Construção.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Junho de 2014.

O Ministro, *Waldemar Pires Alexandre*.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Angelina Maria da Silva Pedro, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente 11245897, transferida a seu pedido, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

#### **Despacho n.º 4379/14**

de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre transferências de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Raquel Helena Chulu Tomás, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11900333, transferido a seu pedido, Município do Chongoroi, para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

#### **Despacho n.º 4380/14**

de 6 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

## **GOVERNO PROVINCIAL DE BENGUELA**

#### **Despacho n.º 4378/14**

de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos;



1. É Celestino Hossi Evaristo, Professor do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 11738677, transferido a seu pedido, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4381/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Ivone Cuvonga, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 12065890, transferida a seu pedido do Município do Balombo para o Município do Lobito.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4382/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Paulino Nangonga Katchimina, Professor do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 06493200, transferido a seu pedido, do Município da Baía-Farta para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4383/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Felismina Sílvia Matos Wambo, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 12090847, transferida a seu pedido, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4384/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Antónia Ivayr de Carvalho, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 12062785, transferida a seu pedido, do Município da Baía-Farta para o Município de Benguela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.



**Despacho n.º 4385/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Adriano Ngandji dos Santos Amândio, Professor do 1.º Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 12329745, transferido a seu pedido, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4386/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Zeferina Candeia, Professora do 1.º Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 11286152, transferida a seu pedido, do Município da Baía-Farta, para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4387/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Rebeca Cassungu Calipa, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 11230416, transferida a seu pedido, do Município do Balombo, para o Município do Lobito.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4388/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Daniel Kapitango Ndjelele, Professor do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 11738677, transferido a seu pedido, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4389/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:



1. É Fernando Adélio Cassandje, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 12090770, transferido a seu pedido, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4390/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Ivete Gália Teixeira, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 88575547, transferida a seu pedido, do Município do Baíombo para o Município do Lobito.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4391/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Olga Lucinda Agostinho, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 12079946, transferida a seu pedido, do Município do Chongoroi para o Município da Ganda.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4392/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Albertina do Carmo Domingos, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 12088900, transferida a seu pedido, do Município da Ganda para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4393/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Gilmor Evandro dos Santos Pontes, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário do 6.º Escalão, Agente n.º 12331044, transferido a seu pedido, do Município da Baía-Farta, para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.



**Despacho n.º 4394/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, conjugado com o Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Júlia Flávia Alexandre, Auxiliar de Enfermagem de 3.ª Classe, Agente n.º 8001424, transferida a seu pedido, do Município da Ganda para o Município do Lobito.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4395/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Francisco Sapalo Epalanga, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 11261206, transferido a seu pedido, do Município do Balombo para o Município da Catumbela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4396/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Rebeca Madalena Chavonga, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 88985995, transferida a seu pedido, do Município do Lobito para o Município de Benguela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4397/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Samuel Ussanje, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 05613606, transferido a seu pedido, do Município do Caimbambo para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4398/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:



É Quintinha Luísa, Professora do Ensino Primário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88985825, transferida a seu pedido, do Município do Balombo para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4399/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Aurélio Rodino Guélla, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 11729135, transferido a seu pedido, do Município do Chongoroi para o Município de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4400/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Alice Freitas, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 11738312, transferida a seu pedido do Município do Cubal, para o Município de Benguela.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4401/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Edna Marlene de Castro Chilanda Chitanga, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88580330, transferida a seu pedido do Município da Ganda para o Município do Lobito.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

**Despacho n.º 4402/14**  
de 6 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferência de funcionários públicos;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Jacinta Canhongo Baptista, Professora do Ensino Primário do 6.º Escalão, Agente n.º 08756502, transferida a seu pedido, do Município do Chongoroi para o Município da Ganda.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.



**GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA****Despacho n.º 4403/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Adilson Janota Agostinho Pedro, Técnico Superior 1.ª Classe, Agente n.º 12053705, exonerado do cargo de chefe de Secção de Despesas do Departamento Financeiro da Secretaria do Governo Provincial de Luanda, pelo qual havia sido nomeado sob Despacho Interno n.º 392/13, de 25 de Abril.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, aos 6 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

**Despacho n.º 4404/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º, da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Miguel Adão da Silva nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Director do Gabinete do Governador Provincial de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

**Despacho n.º 4405/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º, da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Njiila Liberte Pires da Conceição de Carvalho nomeada para em comissão de serviço exercer o cargo de Directora-Adjunta do Gabinete do Governador Provincial de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

**Despacho n.º 4406/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º, da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Afonso Gomes da Silva nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Assessor do Governador Provincial de Luanda, para os Assuntos Institucionais e Sociais.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

**Despacho n.º 4407/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É João Chawaco nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Assessor do Governador Provincial de Luanda, para os Assuntos Económicos.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.



**Despacho n.º 4408/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Zinha Pereira Tomás da Silva Salvador nomeada para em comissão de serviço exercer o cargo de Secretária do Governador Provincial de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

**Despacho n.º 4409/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Paula Vilares Rodrigues nomeada para em comissão de serviço exercer o cargo de funcionária administrativa do Gabinete do Governador Provincial de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

**Despacho n.º 4410/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Pedro Lucau Lussuca Matias nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Técnico de Informática do Gabinete do Governador Provincial de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

**Despacho n.º 4411/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Gomes Quimbangala Hebo nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Motorista do Gabinete do Governador Provincial de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

**Despacho n.º 4412/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Ana Mateus Dombel nomeada para em comissão de serviço exercer o cargo de Funcionária Administrativa do Gabinete do Governador Provincial de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

**Despacho n.º 4413/14**  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:



go 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, termino:

1. É Sebastião Domingos nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Técnico de Informática do Gabinete do Governador Provincial de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

#### **Despacho n.º 4414/14**

de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, termino:

1. É Valdir da Silva Batista de Sousa nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Director do Gabinete da Vice-Governadora para o Sector Político e Social da Província de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

#### **Despacho n.º 4415/14**

de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, termino:

1. É Cesarina José Ferreira Dinis nomeada para em comissão de serviço exercer o cargo de Assessora para Área Social da Vice-Governadora para o Sector Político e Social da Província de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

#### **Despacho n.º 4416/14**

de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Paiva Adão Cambunde nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Assessor para Área Política da Vice-Governadora para o Sector Político e Social da Província de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

#### **Despacho n.º 4417/14**

de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Ana Lídia de Araújo Imperial nomeada para em comissão de serviço exercer o cargo de Secretária da Vice-Governadora para o Sector Político e Social da Província de Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, a 1 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

#### **Despacho n.º 4418/14**

de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:



1. É Adilson Janota Agostinho Pedro, Técnico Superior de 1.ª Classe, Agente n.º 12053705, nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Chefe de Departamento Financeiro da Secretaria do Governo Provincial de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador da Província de Luanda, aos 6 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

## UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO

Despacho n.º 4419/14  
de 6 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pelas alíneas q) e y) do artigo 10.º do Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto (UAN), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 229/11, de 19 de Agosto, conjugadas com o artigo 38.º do Estatuto Orgânico da Faculdade de Letras, aprovado por Deliberação n.º 6/12, de 19 de Outubro, do Senado Universitário e homologada por Despacho n.º 2273/12, de 19 de Outubro, do Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia; sob proposta do órgão executivo de gestão da Unidade Orgânica, determino:

1. É dada por finda a comissão de serviço que a Professora Mestre Ana Pita Grós Dias vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento dos Assuntos Académicos da Faculdade de Letras, para o qual havia sido nomeada por Despacho Interno n.º 0164-A/GR-UAN/10, de 26 de Novembro.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Outubro de 2014.

O Reitor, *Orlando Manuel José Fernandes da Mata*.

Despacho n.º 4420/14  
de 6 de Novembro

No uso das competências que me são conferidas pelas alíneas q) e y) do artigo 10.º do Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto (UAN), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 229/11, de 19 de Agosto, conjugadas com o artigo 38.º do Estatuto Orgânico da Faculdade de Letras, aprovado por Deliberação n.º 6/12, de 19 de Outubro, do Senado Universitário e homologada por Despacho n.º 2273/12, de 19 de Outubro, do Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia; sob proposta do órgão executivo de gestão da Unidade Orgânica, determino:

1. É o Mestre Abias Capinga Pinto nomeado para em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento dos Assuntos Académicos da Faculdade de Letras.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Luanda, aos 6 de Outubro de 2014.

O Reitor, *Orlando Manuel José Fernandes da Mata*.

## ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 101/14  
de 6 de Novembro

Considerando que a sociedade «Hitek Engineering Contracting, Ltd», pessoa colectiva constituída ao abrigo da Lei dos Emirados Árabes Unidos, entidade não residente no território nacional, Investidora Externa, com sede social em Khaimah, P.O. Box 31291, Emirados Árabes Unidos, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma proposta de Investimento Externo.

Considerando que no âmbito desta proposta prevê-se a prestação de serviços de engenharia electromecânica, como a comercialização, montagem, assistência técnica, reparação de grupos geradores, bombas de sistema de combate a incêndios, sistema central de ar condicionado, de transformação eléctrica e consultoria na elaboração de projectos de construção.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover Projectos de Investimento que visam a prossecução de objectivos económicos e de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores da economia, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento Proposta denominada «MEPTEK — Angola, Limitada» de valor global de USD 2.000.000,00 (dois milhões de dólares norte-americanos).

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos [...] de [...] de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.



**CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO  
PROJECTO DE INVESTIMENTO MEPTEK —  
ANGOLA, LIMITADA**

Contrato de Investimento Privado

Entre:

O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado «ANIP», com sede na Rua Serqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, do edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes para o acto, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio — Lei do Investimento Privado, doravante designada por «Estado»;

E

A «Hitek Engineering & Contracting, Ltd», pessoa colectiva constituída ao abrigo da Lei dos Emirados Árabes Unidos, entidade não residente cambial, Investidora Externa, com sede social em Ras Al Khaimah, P.O. Box 31291, Emirados Árabes Unidos, representada por Alice Maria Trindade Escórcio, com poderes legais para o efeito doravante designada «Investidora».

O «Estado» e a «Investidora», quando referidos conjuntamente serão designados por «Partes»,

Considerando que:

Nos termos da Lei do Investimento Privado, a ANIP é o órgão do Estado encarregue de executar a política nacional em matéria de investimento privado e promover, coordenar e supervisionar os investimentos privados em curso na República de Angola;

A «Hitek Engineering & Contracting, Ltd», na sua qualidade de Investidora, tal como definido pela alínea f) do n.º 1 do artigo 2.º, da Lei do Investimento Privado em vigor, é uma sociedade de direito dos Emirados Árabes Unidos, que pretende investir na República de Angola;

A Investidora pretende realizar o investimento necessário para o estabelecimento em Angola de uma Sociedade no âmbito da electromecânica, nos termos da Lei do Investimento Privado e do presente Contrato;

É intenção do Estado apoiar o Projecto de Investimento da Investidora e esta cumprir todas as obrigações decorrentes do Contrato de Investimento e da Lei;

As Partes, animadas pelo propósito da concretização do Projecto de Investimento, acordam livremente e de boa-fé no interesse recíproco de cada uma delas, na celebração do presente Contrato de Investimento Privado, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1.ª  
(Definições)**

1. Para efeitos do presente Contrato de Investimento, salvo se sentido diverso resultar do seu contexto, as definições abaixo reproduzidas terão o seguinte significado:

«*Contrato*»: — o presente Contrato de Investimento Privado e todos os seus Anexos;

«*Data efectiva*»: — a data da assinatura do Contrato pelas Partes;

«*Anexos*»: — os documentos juntos ao Contrato de Investimento e que dele fazem parte integrante, listados na cláusula 25.ª infra;

«*ANIP*»: — a Agência Nacional para o Investimento Privado;

«*BNA*»: — o Banco Nacional de Angola;

«*CRIP*»: — o Certificado de Registo de Investimento Privado, previsto no artigo 65.º da Lei do Investimento Privado;

«*Estudo de Impacte Económico-Financeiro e Social*»: — o estudo demonstrativo do impacto económico-financeiro e social do Projecto de Investimento, previsto na alínea j) n.º 2 do artigo 53.º da Lei do Investimento Privado;

«*Lei Aplicável*»: — todo e qualquer instrumento legislativo do Estado Angolano, nomeadamente a Lei do Investimento Privado, bem como, qualquer outra legislação em vigor na República de Angola que possa ser, no seu todo ou em parte, aplicável a qualquer matéria relacionada com o Projecto de Investimento;

«*Lei do Investimento Privado*»: — a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

«*Plano de Formação Profissional*»: — o plano de formação previsto nos Artigos 72.º e 73.º da Lei do Investimento Privado;

«*Projecto de Investimento*»: — o conjunto de linhas orientadoras que serão materializadas pela Investidora ao abrigo do presente Contrato de Investimento, tal como descrito na cláusula 10.ª do presente Contrato.

2. Em caso de alteração, total ou parcial, do artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, as Partes acordam que as definições constantes do presente Contrato de Investimento, por força desta Cláusula, terão o significado que lhes é atribuído pela Lei do Investimento Privado em vigor na data de assinatura.

3. O significado das definições previstas nos n.ºs 1 e 2 da cláusula 1.ª do presente Contrato de Investimento será o mesmo, quer estas sejam utilizadas no plural ou no singular, quer se encontrem escritas no masculino ou feminino.

**CLÁUSULA 2.ª  
(Natureza e objecto do Contrato)**

1. O presente Contrato tem natureza administrativa.



2. Constitui objecto do presente Contrato, a constituição de uma sociedade por quotas que terá como objecto a prestação de serviços de engenharia electromecânica bem como a comercialização, montagem, assistência técnica e reparação de grupos geradores, bombas de sistema de combate a incêndios, sistema central de ar condicionado, posto de transformação eléctrico e consultoria na elaboração de projectos de construção.

## CLÁUSULA 3.ª

(Localização do Investimento e regime jurídico dos bens)

1. A actividade a desenvolver no âmbito do presente Projecto de Investimento, será numa primeira fase, implementada na Província de Luanda, podendo posteriormente estender-se para outras províncias do País.

2. A sociedade a constituir será a titular de todo o património afecto à sua actividade, designadamente, os bens e equipamentos, máquinas, acessórios e outros meios fixos corpóreos a adquirir para a realização do objecto do presente Contrato e estarão sob o regime de propriedade privada.

## CLÁUSULA 4.ª

(Vigência do Contrato)

O presente Contrato de Investimento vigorará por tempo indeterminado, podendo qualquer das Partes denunciá-lo, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 6 (seis) meses, antes da data proposta para o término.

## CLÁUSULA 5.ª

(Objectivos do Projecto de Investimento)

Com o presente Investimento, a Investidora propõe-se atingir os seguintes objectivos:

- Constituir uma sociedade de direito angolano, com viabilidade económica a longo prazo, criadora de emprego e dotada de capacidade técnica para executar o objecto social;
- Contribuir para a melhoria dos serviços de electromecânica, componente relevante para as obras públicas e de construção civil;
- Fomentar a criação de novos postos de trabalho;
- Promover a formação de profissionais angolanos na área de estudos, projectos e serviços de electromecânica.

## CLÁUSULA 6.ª

(Montante do Investimento)

O valor inicial do investimento é de USD 2.000.000,00 (dois milhões de dólares norte-americanos).

## CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento)

Para a implementação do Projecto e cumprimento do objecto social proposto, as operações de investimento que a Investidora realizará, consubstanciar-se-ão nos actos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 20/11.

## CLÁUSULA 8.ª

(Formas de Realização do Investimento)

1. O montante do investimento consignado na 6.ª realizar-se-á da seguinte forma:

- USD 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), a transferência de fundos do exterior, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 20 de Maio;
- USD 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), através da importação de máquinas, equipamentos e outros meios corpóreos, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. A Investidora, no quadro do desenvolvimento do Projecto e das necessidades do mercado, poderá, nos termos da lei, solicitar junto da ANIP, aumentos do valor do investimento, assim como, a alteração da forma de realização do investimento, com vista a realização com êxito das actividades.

## CLÁUSULA 9.ª

(Forma de financiamento do Projecto)

O valor do investimento será integralmente financiado com fundos próprios da Investidora, domiciliados no exterior da República de Angola.

## CLÁUSULA 10.ª

(Programa de Implementação do Projecto)

1. O Projecto será implementado nos termos do Cronograma de Implementação estabelecido no Anexo A, que constitui parte integrante do presente Contrato.

2. A Investidora não poderá ser responsabilizada pelo incumprimento do prazo referido no Cronograma de Implementação, que seja resultante de actos de terceiros, sendo que neste caso deverá comunicar atempadamente à ANIP nos termos da lei.

## CLÁUSULA 11.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento de lucros e dividendos)

1. O Projecto de investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola, e às regras previstas na Lei de Investimento Privado.

2. Depois de implementado o Projecto de investimento em obediência ao disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e nas condições estabelecidas na autorização do Banco Nacional de Angola, (BNA) conforme a legislação cambial aplicável, a Investidora é garantida o direito de transferir para o exterior:

- Os dividendos ou lucros distribuídos, desde que devidamente verificados e certificados nos respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade;



- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos e Contratos que, nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, constituam investimento privado;
- d) O produto de indemnização, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

## CLÁUSULA 12.ª

## (Gestão e Prazo de Implementação do Projecto)

1. A gestão do Projecto será efectuada directamente pela investidora, através da Sociedade a constituir, nos termos da cláusula 5.ª supra, em estreita conformidade com as condições de autorização previstas no presente Contrato de investimento e demais legislação aplicável.

2. O prazo de implementação do Projecto é de 6 (seis) meses, de conformidade com os termos do Cronograma de Implementação, anexo e parte integrante do presente contrato.

## CLÁUSULA 13.ª

## (Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente prevista, a fiscalização sectorial corrente, o acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. A Investidora deverá facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira e outra, cujos técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adscritas ao Projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do Projecto de investimento autorizado, o alargamento do objecto da Sociedade eicúlo do Projecto, os aumentos de capitais para o investimento, os aumentos de capital social, bem como as cessões e participações sociais e demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o Cronograma de Implementação e execução do Projecto, que constitui anexo ao presente Contrato de Investimento, a Investidora, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverão elaborar e apresentar à ANIP, relatórios trimestrais, no período de investimento, e anuais, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhadores e indicadores

técnicos e económicos realizados, bem como, outros elementos de síntese que se afiguram relevantes.

5. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro de implementação e execução do Projecto de Investimento autorizado.

## CLÁUSULA 14.ª

## (Impacto Económico do Projecto)

A implementação do Projecto nos termos programados vai produzir o impacto económico traduzido na criação do Valor Acrescentado Bruto médio anual na ordem de USD 6.008.326, 67 (seis milhões, oito mil, trezentos e vinte e seis dólares norte-americanos e sessenta e sete cêntimos).

## CLÁUSULA 15.ª

## (Impacto social do Projecto)

A implementação do Projecto nos termos programados vai produzir o impacto social traduzido na contribuição para a diminuição do desemprego, criando uma média anual de 210 postos de trabalho directos para cidadãos nacionais.

## CLÁUSULA 16.ª

## (Impacte Ambiental)

A implementação do Projecto de Investimento obedecerá aos procedimentos inerentes à protecção do meio ambiente, de acordo com o enunciado na Lei n.º 5/98, de 19 de Junho, no Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho, no Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho e demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que respeita a:

- a) Permitir que as autoridades competentes procedam a inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental da actividade exercida pela Sociedade, bem como das instalações e dos equipamentos no estaleiro;
- b) Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

## CLÁUSULA 17.ª

## (Força de Trabalho do Projecto e Plano de Formação)

1. O Projecto prevê a criação, no ano cruzeiro, de 300 postos de trabalho, distribuídos da seguinte forma:

- a) 210 Trabalhadores Nacionais;
- b) 90 Trabalhadores Estrangeiros.

2. Para além do cumprimento das obrigações previstas no plano de recrutamento e formação, a sociedade ficará também obrigada a:

- a) Cumprir o plano de formação, capacitação da força de trabalho nacional e substituir gradualmente a força de trabalho estrangeira pela nacional, nos termos do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril e conforme o Anexo II que constitui parte integrante do presente Contrato;
- b) Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores angolanos.



**CLÁUSULA 18.<sup>a</sup>**  
(Apoio institucional do Estado)

As instituições públicas angolanas, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse sócio-económico do Projecto, comprometem-se a apoiar o licenciamento da actividade a exercer no âmbito do Projecto, em conformidade com os procedimentos estabelecidos, nomeadamente:

- a) **ANIP**: — apoiar o relacionamento do investidor com os demais organismos, sempre que necessários, a fim de auxiliar na emissão de licenças e outros documentos necessários à implementação do projecto dentro dos prazos aprovados;
- b) **Ministério da Construção**: — proceder ao licenciamento da actividade;
- c) **BNA**: — Departamento de Controlo Cambial: emitir as licenças dos capitais autorizados, bem como, a transferência dos dividendos e outros lucros distribuídos, nos termos legalmente estabelecidos;
- d) **Ministério da Administração Pública**: — Trabalho e Segurança Social: apoiar as acções de formação e realização de estágios profissionais.

**CLÁUSULA 19.<sup>a</sup>**  
(Direitos da Investidora)

Sem prejuízo dos direitos estabelecidos no presente Contrato, a Investidora gozará ainda dos seguintes direitos:

- a) A sociedade a constituir gozará do estatuto de sociedade de direito angolano;
- b) Total protecção e respeito pelo sigilo profissional, bancário e comercial;
- c) Recurso ao crédito, após a implementação efectiva do Projecto, nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

**CLÁUSULA 20.<sup>a</sup>**  
(Lei aplicável)

O presente Contrato de Investimento rege-se pela lei angolana, designadamente, pela Lei do Investimento Privado e demais legislação em vigor.

**CLÁUSULA 21.<sup>a</sup>**  
(Infracções e Sanções)

I. No âmbito do presente Contrato de Investimento, sem prejuízo do disposto noutros diplomas em matéria de Investimento Privado, constituem infracções, os seguintes actos:

- a) Uso de contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que tenham sido autorizadas;
- b) A não execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato ou da autorização do investimento;
- c) A prática de actos de comércio fora do âmbito autorizado;

- d) A prática de facturação que permita a saídas ou iluda as obrigações a que a designadamente as de carácter fiscal;
- e) A não execução das acções de formação, substituição de trabalhadores expatriados nacionais, nas condições e prazos estabelecidos;
- f) A sobre facturação das máquinas e equipamentos importados para os fins do Projecto de investimento.

2. Sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por lei, as transgressões previstas no número anterior são passíveis das seguintes sanções:

- a) Multa, correspondente em kwanzas, que varie entre o mínimo e o máximo, elevado a triplo, em caso de reincidência;
  - b) Revogação da autorização do Investimento;
3. As competências e procedimentos inerentes à aplicação e recursos sobre as sanções são as estabelecidas nos artigos 87.º e 88.º, ambos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

**CLÁUSULA 22.<sup>a</sup>**  
(Resolução de Litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos ao presente Contrato de Investimento, bem como, interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo que surtiem entre o Estado e a Investidora, será submetido à Arbitragem Arbitral nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

2. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) membros independentes das Partes, sendo um escolhido pelo demandante, o segundo pelo demandado e o terceiro escolhido por ambos, desempenha a função de presidente, escolhido por ambos entre os árbitros nomeados pelo demandante e demandado.

3. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, decidirá segundo a Lei Angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativos e irrecorríveis e as Partes, por já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir as mesmas, nos seus precisos termos.

**CLÁUSULA 23.<sup>a</sup>**  
(Língua do Contrato e exemplares)

1. As Partes acordam que todos os documentos relativos ao presente Contrato, assim como toda a documentação que as mesmas venham a trocar no âmbito da sua execução, deverão ser elaborados em língua portuguesa e em 3 (três) exemplares destinados a uma para cada parte e outro para a Imprensa Nacional.



2. Caso, qualquer uma das Partes elabore ou invoque um documento em língua estrangeira, este só será eficaz traduzido para língua portuguesa, sem prejuízo de, em caso de litígio ou dúvida, prevalecer o conteúdo do documento original sobre a tradução.

CLÁUSULA 24.ª  
(Anexos ao Contrato)

São partes integrantes do presente Contrato de Investimento, os seguintes Anexos:

- Anexo I: — Cronograma de Implementação e Execução do Projecto;
- Anexo II: — Plano de Formação da mão-de-obra nacional;
- Anexo III: — Plano de Substituição Gradual da mão-de-obra expatriada.

CLÁUSULA 25.ª  
(Notificações)

1. Todas as notificações ou comunicações efectuadas ao abrigo do presente Contrato de Investimento só serão válidas se forem feitas por escrito e enviadas para os seguintes endereços:

Estado, Representado pela ANIP:  
Endereço: Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar,  
Edifício do Ministério da Indústria;

Telefone: +244 222 391 434 / 331 252;  
Fax: +244 222 393 381;  
Email: geral@anip.co.ao

Investidora

Endereços: Rua José Oliveira Barbosa n.º 129,  
Luanda, Rua Major Kanhangulo n.ºs 41-43, rés-  
-do-chão - esquerdo;

Telemóveis: 912 507 514 / 222 331 819;  
E-mail: alescorcio@hotmail.com

2. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 26.ª  
(Entrada em vigor)

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura.

Luanda, aos 28 de Agosto de 2014.

Pela República de Angola, Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*. —  
Presidente do Conselho de Administração.

Pela Investidora, «Hitek Engineering & Contracting, Ltd», *Alice Maria Trindade Escórcio*. — Procuradora.

ANEXO I  
Cronograma de Implementação e Execução do Projecto

Tempo Actividade	Mês						Observação
	1	2	3	4	5	6	
Apresentação e Aprovação do Projecto, Pela ANIP							
Emissão da Licença de Importação, pelo BNA							
Aquisição do Escritório							
Aluguer do Estaleiro							
Importação das Máquinas							
Arranque do Projecto							

ANEXO II  
Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional

N.º/ Ordem	Descrição	Tipo de Curso	Duração	Objectivos	Local	Observação
1	Engenheiro	Formação <i>on job</i>	Contínua	Permitir ao colaborador participar activamente no processo de passagem do conhecimento.	Luanda - Angola	O Plano de Formação Permitirá a Capacitação do Pessoal Nacional para a Substituição dos Trabalhadores Expatriados.
2		Seminário de Informação Técnica	Contínua		Luanda - Angola	
3		Gestão de Projectos	3 Meses	Administração do progresso dos projectos através das variáveis qualidade, custo e prazo.	Luanda - Angola	
4	Técnico	Instrumentalização	1,5 Meses	Habilitar os técnicos, para implantar os sistemas de instrumentação e controle de processos e participar da elaboração e desenvolvimento de projectos.	Luanda - Angola	
5		Utilização de Equipamentos	1,5 Meses		Luanda - Angola	



ANEXO III  
Plano de Substituição Gradual da Mão-de-Obra Expatriada

Categorias Profissionais	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5
	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	
Direcção	2	8	3	7	5	5	5	5	5
Técnicos Superiores	5	10	25	5	27	3	41	3	41
Técnicos Médios	16	0	20	0	23	0	25	0	25
Administrativos	12	0	17	0	19	0	21	0	21
Operários Especializados	15	32	65	28	111	27	148	12	148
Operários não Especializados	100	0	80	0	60	0	40	0	40
Total	150	50	210	40	245	35	280	20	280

Pela República de Angola, Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*. — Pr  
do Conselho de Administração.

Pela Investidora, «Hitek Engineering & Contracting, Ltd», *Alice Maria Trindade Escórcio*. — Procuradora.

Resolução n.º 102/14  
de 6 de Novembro

Considerando que, Lu Rongwei, pessoa singular de nacionalidade chinesa, entidade não residente cambial, Investidor Externo, residente em Guangxi- China, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma proposta de Investimento Externo a realizar na República de Angola, enquadrada no sector da Construção;

Considerando que no âmbito desta proposta pretende-se a constituição de uma sociedade unipessoal, denominada «H.H.T. — Internacional (SU), Limitada»;

Considerando ainda, que o Governo da República de Angola está empenhado em promover Projectos de Investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, construção de infra-estruturas económicas e sociais e a melhoria da qualidade de vida das populações;

Nos termos do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o contrato de investimento do projecto denominado «H.H.T. — Internacional, (SU), Limitada», no valor global de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), no Regime Único cuja actividade principal é construção civil nomeadamente, serviços gerais de construção civil.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Visto e aprovado pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda aos 28 de Agosto de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO ENTRE A  
E LU RONGWEI PROJECTO DE INVESTIMENTOS  
PRIVADO HONG HAI TONG INTERNACIONAL  
GROUP, (SU), LIMITADA

Contrato de Investimento

Entre:

A Agência Nacional para o Investimento Privado, antes denominada «ANIP», localizada na Rua C  
Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º  
de acordo com os termos de delegação de poderes e  
lecidos na alínea h) do artigo 21.º do Decreto Presid  
n.º 113/11, de 2 de Junho, neste acto representada  
Maria Luísa Perdigão Abrantes, Presidente do Conselho  
Administração;

E

Lu Rongwei, pessoa singular entidade não residente  
bial, Investidor Externo, residente na Província de Gu  
Cidade de Nanning, Rua An Ji, 1-3. República da China

Sendo os supracitados conjuntamente denomina  
«Parte» do Contrato; e o Investidor Externos ou seu re  
sentante, individualmente denominado «Investidor».

Considerandos:

Considerando que o Investidor manifestou o interesse  
em desenvolver, nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio  
o projecto de constituição de uma empresa em Angola.  
o objecto consiste no desenvolvimento da actividade de co  
trução civil, edificação de edifícios, casas, hospitais, po  
estradas, drenagens (doravante denominado «Projecto»)

Tendo em conta que o Projecto visa o aumento da ca  
cidade dos serviços do sector a nível nacional, elevar o n  
acrescentado dos serviços da construção civil no País, im  
duzir a criação de novos postos de trabalho para trabalh  
res nacionais e elevar a qualidade da mão-de-obra nacion  
através da formação técnico profissional, promover o desenv  
volvimento, a eficiência empresarial;



Assim sendo, as Partes nos termos das seguintes cláusulas, livremente, em boa-fé e no melhor interesse recíproco, de acordo com o artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, acordam o seguinte:

**CLÁUSULA 1.ª**  
(Natureza e objecto do Contrato)

1. O Contrato de Investimento é de natureza administrativa.

2. O projecto de investimento tem como objecto a constituição de uma sociedade unipessoal em Angola denominada «H.H.T. — Internacional (SU), Limitada» cujo objecto consiste no desenvolvimento da actividade de construção civil.

**CLÁUSULA 2.ª**  
(Localização do Projecto e regime jurídico dos bens)

1. O projecto ficará situado na Província de Luanda, Município do Icolo e Bengo, Bairro Quilómetro 44 ao longo da Linha Ferroviária, Zona de Desenvolvimento A.

2. Os equipamentos, máquinas e outros meios fixos corpóreos a adquirir pelo Investidor, para a realização do objecto do presente Contrato, estão sob o regime de propriedade privada.

**CLÁUSULA 3.ª**  
(Duração do Contrato)

1. O Contrato entrará em vigor na Data Efectiva e permanecerá por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA 4.ª**  
(Objectivos a atingir pelo Projecto)

De acordo com artigo 27.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, o projecto se propõe a atingir os seguintes objectivos:

- a) Estimular o crescimento económico nacional;
- b) Aumentar o valor acrescentado do sector;
- c) Estimular a criação de novos empregos para trabalhadores nacionais e melhorar as suas qualificações;
- d) Contribuição para o desenvolvimento de Angola.

**CLÁUSULA 5.ª**  
(Montante e formas de realização do Projecto de Investimento)

1. O valor global do investimento é de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América).

2. Investimento Externo de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), que se estima ser concretizado no seguinte termo:

- a) USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), através da transferência de fundos do exterior, nos termos da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

3. O Investidor, no quadro do desenvolvimento do projecto, podem, nos termos da lei, solicitar à ANIP a alteração da forma de realização do investimento, sem prejuízo de atingir os objectivos do empreendimento proposto.

**CLÁUSULA 6.ª**  
(Operações de Investimento)

Para a implementação do Projecto o Investidor pretende através da sociedade, realizar um investimento, de acordo com o previsto na alínea a), do artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

**CLÁUSULA 7.ª**  
(Formas de financiamento do Projecto de Investimento)

O valor do Investimento previsto será financiado por fundo próprio, do Investidor.

**CLÁUSULA 8.ª**  
(Cronograma de Implementação e Desenvolvimento do Projecto)

O investimento terá um Cronograma de implementação e desenvolvimento conforme Anexo I, discriminado da seguinte forma:

- a) Julho 2014 — Análise e aprovação do Projecto de Investimento junto da ANIP;
- b) Agosto 2014 — Aquisição da licença de importação de capitais BNA;
- c) Setembro 2014 — Escritura pública GUE;
- d) Setembro 2014 a Abril 2015 — Importação de capitais BNA;
- e) Setembro 2014 a Abril 2015 — MINCO, MINFIN e BNA;
- f) Setembro 2014 — Aquisição de alvará e licença — MINCONS;
- g) Fevereiro 2015 — Contratação de Serviços;
- h) Abril 2015 — início das actividades.

**CLÁUSULA 9.ª**  
(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento dos dividendos)

Depois de implementado o Projecto de Investimento e mediante prova da sua execução, de acordo com as regras definidas na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, nomeadamente nos seus artigos 18.º, 19.º e 20.º, e nas condições estabelecidas na respectiva autorização do BNA, nos termos da legislação cambial aplicável, terá o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade a partir do 3 (terceiro ano);
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstas em actos ou contratos que, nos termos da



Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, constituam Investimento Privado;

- d) Produto de indemnizações, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

#### CLÁUSULA 10.ª

(Impacto económico e social do Projecto)

O impacto económico e social do Projecto esperado é o seguinte:

- a) Um estímulo ao crescimento económico de Angola;
- b) Criação de VAB médio gerado pelos trabalhadores no valor de USD 2.275.776,00 (dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, setecentos e setenta e seis dólares norte-americanos);
- c) Criação de novos empregos para 88 nacionais e melhoria das qualificações da mão-de-obra nacional.

#### CLÁUSULA 11.ª

(Força de trabalho e plano de formação)

O Projecto deverá cumprir com as seguintes obrigações a nível do regime laboral:

- a) Criar 100 novos postos de trabalho fixos, sendo inicialmente 88 nacionais e 12 expatriados;
- b) Cumprir as normas do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril, sobre o emprego de força de trabalho estrangeira não residente e força de trabalho nacional qualificada;
- c) Dar preferência, no recrutamento e selecção da força de trabalho, aos quadros domiciliados no local de realização do investimento, em situação de igualdade de competências, realizando este processo em colaboração com o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP);
- d) Assegurar a implementação de programas de formação profissional, de acordo com o previsto no Anexo III do presente contrato, para a força de trabalho nacional «on job» e em instituições de ensino especializadas;
- e) Substituir gradualmente a força de trabalho expatriada pela nacional, no prazo de cinco anos, de acordo com o plano de formação e substituição de força de trabalho estrangeira por nacional, constante do presente contrato;
- f) Celebrar, em benefício da força de trabalho, contratos de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais.

#### CLÁUSULA 12.ª

(Impacte ambiental)

1. No quadro da implementação e desenvolvimento do projecto, o Investidor deve cumprir toda a legislação ambiental aplicável em vigor.

2. Devem ainda cumprir com a legislação para a salvaguarda do meio ambiente em matérias gases, fumos, poeiras, entre outras, e permitir que as autoridades competentes procedam às inspecções ou para aferir a regularidade ambiental das actividades, operações, dos equipamentos e do empreendimento.

3. O Investidor deve implementar um sistema ambiental com os respectivos procedimentos de controlo.

#### CLÁUSULA 13.ª

(Apoio institucional do Estado)

1. As seguintes instituições públicas angolanas, o Investidor e a sociedade na implementação do projecto, comprometem-se a cumprir os seguintes termos seguintes:

- a) *A ANIP*: — concederá apoio institucional que o Investidor pretenda recorrer a autoridade ou instituição pública cuja acção seja considerada útil para a implementação e a gestão do Projecto.
- b) *BNA*: — Departamento de controlo cambial, emissão de licenças de importação de divisas autorizadas, bem com, a transferência de lucros, nos termos legalmente estabelecidos.
- c) *Ministério da Construção*: — como órgão competente para conceder a licença que possa ser necessária à implementação do Projecto;
- d) *Governo Provincial de Luanda*: — (1) emitir licença de obra;
- e) *Ministério do Ambiente*: — para avaliar e aprovar a execução dos estudos de impacto ambiental.

#### CLÁUSULA 14.ª

(Direitos e garantias)

Ao abrigo deste Contrato, são desde já atribuídos ao Investidor os direitos e garantias consagrados na Lei n.º 20 de Maio, nomeadamente, mas sem limitação:

- a) A igualdade de tratamento, nos termos do artigo 18.º da citada lei;
- b) A transferência para o exterior de lucros, nos termos do artigo 18.º da citada lei;
- c) A protecção de direitos, nos termos do artigo 18.º da citada lei;
- d) As garantias específicas consignadas no artigo 18.º da citada lei.

#### CLÁUSULA 15.ª

(Deveres e obrigações do Investidor)

O Investidor obrigam-se, sem prejuízo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio:

- a) Investir o montante global do projecto na realização, sem custos para o Estado, dos trabalhos referentes ao empreendimento objecto do presente Contrato;



- b) Cumprir os deveres do Investidor Privado estabelecidos na legislação em vigor, designadamente no artigo 24.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, bem como, em particular, na legislação laboral.

**CLÁUSULA 16.ª**  
(Infracções e sanções)

1. Os seguintes actos podem, caso ocorram na ou após a efectiva constituição de uma infracção pelo Investidor e/ou da sociedade nos termos da lei:

- a) O uso de contribuições estrangeiras para fins diferentes daqueles devidamente autorizados;
- b) A não realização do Projecto nos termos estabelecidos pelo presente Contrato ou a autorização do investimento, salvo se a não conformidade com os termos mencionados for devida a razões alheias à vontade do Investidor;
- c) A prática dos actos de comércio fora do âmbito autorizado;
- d) A prática de facturação que permita a saída indevida de capitais ou não respeite os deveres legais aos quais a Sociedade ou associação esteja sujeita, em particular aqueles de natureza fiscal;
- e) A sobre facturação da maquinaria e dos equipamentos importados no âmbito do Projecto de Investimento.

2. Sem prejuízo de outra penalização especialmente estabelecida pela lei, estará sujeita a aplicação das seguintes penalizações:

- a) Multa, entre USD 10.000,00 a USD 500.000,00;
- b) Revogação da autorização de Investimento.

3. Incumprimento da execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos na autorização ou quaisquer prorrogações serão punidos com a pena estabelecida na alínea b) do mero anterior.

**CLÁUSULA 17.ª**  
(Acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da execução dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e formas legalmente previstos, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. O Investidor e a sociedade por ele constituída deverão facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos Técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local das operações, adstritos ao projecto de investimento, podendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

3. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente contrato de investimento, os Investidores, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período do investimento e anuais, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

4. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado.

5. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de Investimento, só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (E-mail) e fax para os seguintes endereços:

a) ANIP:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do  
Ministério da Indústria, 9.º andar.  
Luanda - Angola  
Telefones: (00 244) 222 391 434 / 331 252  
Fax: (00 244) 222 39 33 81 / 39 38 33  
Caixa Postal: 5465  
E-mail: geral@anip.co.ao

b) Investidor:

Quilómetro 44, Município do Icolo e Bengo,  
Luanda.  
Telemóvel n.º 939 616 198 — Lu Rongwei  
Telemóvel n.º 939 563 333 — Tradutor: Liu.

6. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

**CLÁUSULA 18.ª**  
(Resolução de litígios e legislação aplicável)

1. Para a resolução de litígios decorrentes da interpretação ou da execução do Contrato, as Partes irão, através de diálogo e de boa-fé, por meio de um acordo amigável, tentar chegar a uma solução justa e adequada.

2. Caso não seja possível chegar a uma solução amigável, conforme previsto no parágrafo anterior, cada Parte pode, a todo momento, recorrer à arbitragem nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

3. O Tribunal Arbitral será composto por três árbitros, sendo que cada Parte deverá nomear um árbitro. O terceiro árbitro será nomeado por acordo entre ambos os árbitros, e presidirá ao Tribunal Arbitral.

4. Não havendo acordo quanto à escolha do terceiro árbitro, este será nomeado de acordo com as regras da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.







ANEXO II  
Plano de Recrutamento e Formação da Mão-de-Obra Nacional

N.º	dem.	Categorias	Número de Formandos	Categoria do Formador	Tipo de Formação	Local de Formação	Tempo de Formação	Duração		Custo da Formação
								Início	Fim	
		Encarregado de Obra	5	Engenheiro Técnico	Prática	Luanda/ Estaleiro	32 Horas	Fevereiro 14	Fevereiro 15	0,00
							180 Horas	Fevereiro 20	Fevereiro 25	0,00
		Operador Máquina	5	Técnico Especializado	Prática	Luanda/ Estaleiro	90 Horas	Fevereiro 10	Fevereiro 20	1.000,00
							120 Horas	Fevereiro 23	Fevereiro 28	3.000,00
		Topógrafo e Cartógrafo	3		Teórica e Prática	IGCA/ IPGUL	80 Horas	Fevereiro 08	Fevereiro 20	4.000,00
		Técnico Mecânica	5	Técnico Especializado	Teórica e Prática	Luanda/ Estaleiro	48 Horas	Março 05	Março 15	1.600,00
							80 Horas	Maço. 19	Março 28	4.500,00

ANEXO III  
Plano de Substituição da Mão-de-Obra Expatriada

Número de Trabalhadores	2014		2015		2017		2018	
	Nacionais	Estrangeiros						
Direcção								
Quantidade	0	2	0	2	0	2	0	2
Técnicos Superiores								
Quantidade	3	2	3	2	3	2	4	1
Técnicos Médios								
Quantidade	5	4	7	2	7	2	8	1



Número de Trabalhadores	2014		2015		2017		20
	Nacionais	Estrangeiros					
Administrativos							
Quantidade	9	0	9	0	9	0	9
Operários especializados							
Quantidade	27	4	27	4	28	3	29
Operários não especializados							
Quantidade	44	0	44	0	44	0	44
Total do Número de Trabalhadores (ano)	88	12	90	10	91	9	94

Pela Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*. — A Presidente do Conselho de Administração.

Pelo Investidor, *Lu Rongwei*.